

SEGURANÇA CIBERNÉTICA / País sobe para a 18ª posição em levantamento que analisa 194 países. Mas ainda há problemas, como a falta de integração entre os órgãos envolvidos com a proteção de sistemas eletrônicos

Brasil avança em ranking

» CRISTIANE NOBERTO

O avanço da tecnologia coloca em xeque os sistemas de segurança em todo o mundo. Dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência ligada às Nações Unidas, mostram que o Brasil evoluiu no ranking mundial de cibersegurança, saltando da 71ª posição para a 18ª colocação na avaliação da organização, que analisa 194 países em governança de segurança cibernética. Entre os países das Américas, estamos em 3º lugar.

Uma das funções das Forças Armadas é cuidar da Defesa Cibernética. Criada em 2008, a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa, foi incumbida de gerenciar essa área estratégica, mas só foi consolidada em 2014, com a criação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber). O primeiro projeto real aconteceu apenas em 2020, com a criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), subordinado ao Exército. É lá onde a proteção, exploração e ciberataques no âmbito da defesa nacional são analisados. Nesse sentido, a força militar protege infraestruturas críticas, como hidrelétricas, sistema financeiro, abastecimento de água e luz.

Dados da ONU mostram que o Brasil está bem evoluído, o que é confirmado por especialistas. Em artigo publicado pelo portal *Defesenet*, o gerente comercial da Atech, Anderson Kohl, aponta que "é nítido o amadurecimento da nossa defesa cibernética, impulsionado pelos constantes treinamentos e pelo trabalho conjunto das Forças Singulares com órgãos governamentais, acadêmicas e iniciativa privada — a chamada tríplice hélice".

Contudo, ainda são necessários esforços para fortalecer o sistema. Em janeiro deste ano, a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), do Ministério da Saúde, recebeu um ataque hacker que provocou um apagão nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os estados e municípios. A plataforma ficou fora do ar por mais de um mês e a invasão nunca foi bem esclarecida.

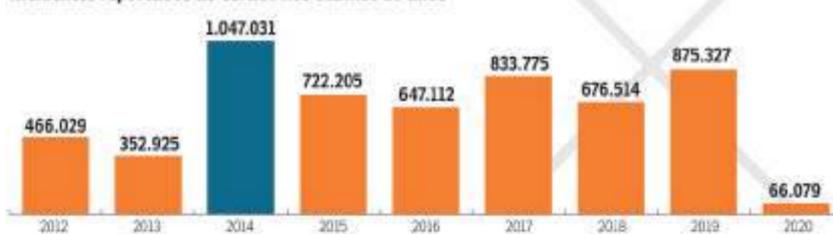
De acordo com o pesquisador na área de segurança cibernética e relações internacionais Eduardo Izzycki, apesar dos avanços, não há integração entre todos os órgãos militares civis ou governamentais, o que gera insegurança. "Em parte, alguns dos problemas de segurança decorrem disso. As pessoas têm boas iniciativas, em lugares diferentes, mas não compartilham entre si", explica.

REFORÇOS

Expectativa para aumento do orçamento cibernético civil em 2022



Incidentes reportados ao cert.br nos últimos 10 anos



Países mais desenvolvidos que possuem Organizações Ligadas à Defesa e Segurança Cibernéticas

País	Inteligência	contrainteligência	cibersegurança (civil)	ciberdefesa (militar)	ano de publicação de suas primeiras ciberestratégias	efetivo destinado à área
EU/EA	SIM	SIM	SIM	SIM	2003	cerca de 20 mil
China	SIM	SIM	SIM	SIM	2003	cerca de 70 mil
França	SIM	SIM	SIM	SIM	2008	cerca de 4 mil
Reino Unido	SIM	SIM	SIM	SIM	2009	cerca de 4 mil
Alemanha	SIM	SIM	SIM	SIM	2001	cerca de 14 mil
Brasil	Não possui	GSI/OSIC	ComDCiber	ComDCiber	2020	cerca de 300



Em parte, alguns dos problemas de segurança decorrem do fato de que as pessoas têm boas iniciativas, em lugares diferentes, mas não compartilham entre si"

Eduardo Izzycki, pesquisador na área de segurança cibernética e relações internacionais

O Centro de Estudos, Respostas e Tratamentos de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), tem registros de tentativas de ataques cibernéticos de 1999 até 2020. Desde 2012, o Brasil passou a receber grande número de ataques, com o maior pico na Copa do Mundo de 2014, quando o país sediou os jogos. Na época, foram 1,047 milhão de casos registrados.

Izzycki aponta que a falta de integração prejudica o sistema. "Essa integração até acontece nos grandes eventos. Mas, depois que eles terminam, você não vê mais."

O fato de as entidades serem descentralizadas também não permite, às vezes, "ganhar

escala, fazer treinamentos para todo o governo federal". De acordo com o especialista, falta a visão de todas as equipes de tratamento de incidentes.

Na edição da revista *Engenharia Militar* de janeiro deste ano, pesquisadores do Exército mostraram formas de melhorar o sistema de compras governamentais. Eles sugeriram aglutinar serviços que tenham a ver com os mesmos temas para facilitar a navegabilidade e como dar maior transparência aos gastos públicos. Mas, até o momento, nenhuma das sugestões foi implementada.

Investimentos

Em 2019, um levantamento feito pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), mostrou que a

proposta orçamentária para 2020, na área, era de somente R\$ 19 milhões. Segundo o parlamentar, é "um quadro dramático, que expõe o país a enormes riscos". Para ele, o orçamento na área deveria aumentar gradativamente até chegar a R\$ 120 milhões em 2023. Contudo, os valores destinados à atividade no Ministério da Defesa atualmente são nebulosos.

Por outro lado, no meio civil, dados da pesquisa PwC Digital Trust Insights 2022 mostram que as empresas globais estão atentas aos ciberataques. De acordo com o levantamento, as maiores organizações ouvidas (36%) pretendem aumentar significativamente seus orçamentos para a proteção de dados.

Combate a fake news

Os procuradores Paula Bajer Fernandes e Paulo Taubemblatt estarão à frente da Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP) durante o pleito de outubro e elegeram como prioridade o combate às fake news e à violência política contra minorias.

Houve reforço na equipe, o que ocorreu também em outros estados. "Era uma eleição que parecia ser não de risco, mas que envolveria uma energia", afirmou Paula, procuradora regional eleitoral, explicando a ampliação do time. Taubemblatt, por exemplo, é o procurador substituto, mas os dois projetam atuar em conjunto. Nomeada no último trimestre do ano passado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, a dupla concedeu entrevista ao Estadão na sede do órgão, na capital paulista.

A Procuradoria Eleitoral é o órgão do Ministério Público que atua na fiscalização de campanhas de governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Além disso, a PRE é responsável por coordenar o trabalho dos promotores eleitorais distribuídos nas Varas Eleitorais — 425 em São Paulo — em casos ligados a candidaturas a prefeituras e câmaras municipais.

O grupo de trabalho montado em São Paulo é composto por mais cinco procuradores, além de Paula e Taubemblatt: dois auxiliares e outros três dedicados exclusivamente a casos de propaganda eleitoral.

"Não somos capazes, e não há quem seja, de conter o tsunami das fake news. Elas virão, por mais que o Ministério Público trabalhe", disse Taubemblatt. "O que vejo como preponderante na nossa atuação é ir atrás da desinformação que agrida minorias, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade, porque essa vai prejudicar diretamente alguém."

O volume de trabalho na PRE aumenta a partir de agosto, quando se inicia formalmente a campanha eleitoral. Em casos concretos, se ficar provado que um candidato ou partido disseminou uma informação mentirosa em uma rede social, Paula disse que o MP deve pedir a retirada da propaganda. A depender do caso, os envolvidos também podem responder por crimes como injúria, difamação e calúnia.

A procuradora cita como exemplo o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cassou o mandato do deputado estadual Fernando Francischini (União Brasil-PR) por espalhar fake news contra as urnas eletrônicas.



ROBERTO BRANT

"AS ELEIÇÕES BRASILEIRAS SE ANUNCIAM COMO AS MAIS CONFLITUOSAS DE TODA A NOSSA VIDA DEMOCRÁTICA"

Uma oportunidade que vamos perder

Períodos eleitorais sempre foram aqui e em toda a parte tempos de agitação e de acirramento de ânimos. Passadas as eleições e verificados os resultados, no entanto, a regra geral sempre tem sido a volta à normalidade e às rotinas da vida, mesmo aqui na tumultuada América Latina. Esta regra tem deixado de prevalecer em alguns de nossos vizinhos, numa antecipação do que pode perfeitamente acontecer também conosco. Um dos enigmas da história do nosso continente é a frequência como os ciclos de liberdade e tirania, crescimento e estagnação, harmonia

e conflitos, ocorrem ao mesmo tempo em vários de nossos países. Sem percebermos, muitas coisas indicam que compartilhamos um mesmo destino, mesmo a contragosto.

Algumas eleições no continente permanecem inconclusas. É o caso do Peru, onde a antipolítica levou à Presidência um personagem exótico e despreparado, sem planos nem maioria para governar, cujo único projeto no momento é evitar seu impedimento e conservar-se no poder. No Chile, um jovem ex-revolucionário de esquerda, com um discurso sensato, prevaleceu sobre a

política tradicional. Seu governo, contudo, está pendente da confirmação, por meio de um plebiscito, de uma nova Constituição que, se entrar em vigor, tornará o país ingovernável para sempre, qualquer que seja o presidente.

Neste momento, a Colômbia, o mais estável dos países do continente até agora, viu a população rejeitar os partidos que tradicionalmente a governavam, para levar ao segundo turno um ex-guerrilheiro e um velho empresário, populista de direita, cuja única proposta para o país é drenar o pântano da política. Todos conhecemos o que resulta destas proclamações. Afinal, tivemos Jânio Quadros e Fernando Collor. Quando as sociedades se desesperam elas votam apenas com raiva, com o fígado e não com o cérebro, mesmo sabendo que paga-

rão sozinhas pelos seus erros.

Como em quase todos os nossos vizinhos, as nossas instituições de política democrática há tempos deixaram de funcionar em proveito da maioria da população. Os partidos políticos não representam nada nem ninguém. São agências com interesses predominantemente privados, embora financiadas com abundantes recursos públicos. No Parlamento, as maiorias sem alma e sem ideias vivem da captura do orçamento público e não mantêm a mínima conexão com a sociedade, salvo exceções cada vez menores. Neste ambiente, a disputa eleitoral vai se resumir a uma competição entre personalidades, e o resultado eleitoral não vai trazer normalidade, harmonia ou novos rumos para o país, apenas o congelamento dos conflitos e da intolerância.

As eleições brasileiras se anunciam como as mais conflituosas de toda a nossa vida democrática, servindo não para arbitrar civilizadamente nossas diferenças, mas, ao contrário, para alargar o fosso que tem separado as pessoas na política. Em alguns aspectos, estamos retrocedendo aos tempos mais sombrios da nossa história política, quando a própria existência do Estado democrático com razão volta a ser posta em dúvida. A mediocridade das lideranças em atividade criou um vácuo na esfera política, onde passaram a se movimentar atores indesejados, como os militares e os juízes, cuja presença aprofunda os conflitos e atrofia ainda mais as instituições da soberania popular, sem nenhum proveito para o país.

Se as pesquisas de opi-

nião estiverem corretas e se o julgamento político dos brasileiros não se modificar, ficará patente que nosso país não apenas está abdicando de um futuro melhor e diferente, como também está se desinteressando de resolver os imensos passivos que vimos acumulando em todos os campos, como a estagnação da economia, o empobrecimento progressivo da população, a ausência do Estado na segurança das pessoas e na proteção do meio ambiente, a degradação da infraestrutura.

A grande ironia é que as atuais mudanças que estão ocorrendo no mundo abrem neste momento uma janela de oportunidades para o Brasil que poderia mudar nosso destino, se ao menos houvesse a esperança de que as eleições dariam ao país um governo.

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)